



CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ/MF N° 10.965.693/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.212	14.809	21.339	16.838	Fornecedores	15	85.230	79.852	85.230	81.522
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	133.249	212.796	133.249	218.390	Empréstimos e financiamentos	16	25.215	114.803	25.215	114.803
Contas a receber	8	250.183	115.844	250.183	115.844	Arrendamentos a pagar	17	16.020	28.124	16.020	28.124
Estoques		4.867	4.632	4.867	4.632	Arrendamentos por direito de uso	18	3.980	4.296	3.980	4.296
Tributos a recuperar	9	19.044	16.757	19.044	16.757	Obrigações sociais e trabalhistas	30	32.583	27.711	32.583	28.156
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24.3	22.836	11.257	22.835	11.322	Tributos a recolher		14.851	15.581	14.909	15.826
Despesas antecipadas		1.492	1.680	1.508	2.246	Adiantamentos de clientes	21	9.900	20.274	9.900	20.274
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	18.323	32.210	18.323	32.210	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	25.1	1.050	2.550	1.050	2.550
Adiantamento a terceiros		1.896	1.738	1.895	1.783	Partes relacionadas	25.1	453	453	453	453
Ativos para cumprimento de contratos		2.272	1.177	2.272	1.177	Outras contas a pagar	22	14.215	15.042	14.215	15.070
Outros créditos	11	47.184	60.420	47.184	57.397			203.497	308.686	203.555	311.074
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	16	79.552	19.938	79.552	18.938
Instrumentos financeiros derivativos	5.3b	28.100	13.234	28.100	13.234	Arrendamentos a pagar	17	22.829	36.810	22.829	36.810
Contas a receber	8	109.925	83.130	109.925	83.130	Arrendamentos por direito de uso	18	9.086	8.910	9.086	8.910
Tributos a recuperar	9	11.826	27.642	11.826	27.642	Instrumentos financeiros derivativos	5.3b	47.657	21.043	47.657	21.043
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.1	-	-	-	352	Provisão para demandas judiciais e administrativas	23	4.659	2.707	4.659	2.707
Partes relacionadas	25.1	60.227	81.439	60.227	81.439	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	64.673	36.207	64.673	36.207
Depósitos judiciais	23	4.369	3.507	4.369	3.507	Partes relacionadas	25.1	107.636	107.070	107.637	107.070
Ativos para cumprimento de contratos		203	1.130	203	1.130	Outras contas a pagar	22	1.575	2.024	1.574	2.022
Outros créditos	11	305	1.240	305	1.240			337.667	234.709	337.667	233.707
		214.955	211.322	214.955	211.674	Total do passivo		541.164	543.395	541.222	544.781
Investimentos	12	46.417	58.965	30.608	26.823	Patrimônio líquido					
Imobilizado	13	521.057	501.019	521.057	503.833	Capital social	26.1	675.714	595.714	675.714	595.714
Intangível	14	1.927	1.887	5.161	30.920	Reservas de capital	26.2	1.196	1.187	1.196	1.187
		784.356	773.193	771.781	773.250	Reservas de lucros	26.3	68.615	24.677	68.615	24.677
		1.289.914	1.246.513	1.294.480	1.251.846	Avaliação Patrimonial	26.4	3.225	1.540	3.225	1.540
						Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	26.1	-	80.000	-	80.000
								748.750	703.118	748.750	703.118
						Participação de não controladores	26.5	-	-	4.508	3.947
								748.750	703.118	753.258	707.065
						Total do Patrimônio Líquido		748.750	703.118	753.258	707.065
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.289.914	1.246.513	1.294.480	1.251.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados					
Custo de venda, locação e prestação de serviços	29	(328.362)	(323.341)	(474.781)	(323.341)
Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(36.746)	(89.500)	(36.746)	(89.500)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(365.108)	(412.841)	(511.527)	(412.841)
Lucro bruto		107.453	83.206	128.361	83.206
Despesas comerciais	29	(1.966)	(2.639)	(1.966)	(2.639)
Despesas administrativas	29	(28.363)	(26.939)	(42.538)	(28.161)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	29	(306)	760	(2.965)	760
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	21.310	(305)	21.327	(305)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(1.736)	(2.000)	2.781	(1.750)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		96.392	52.083	105.000	51.111
Receitas financeiras	30	27.964	20.014	30.273	20.212
Despesas financeiras	30	(47.229)	(29.455)	(61.542)	(29.464)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		77.127	42.642	73.731	41.859
Imposto de renda e contribuição social – corrente	25	(4.178)	(4.985)	(4.190)	(4.985)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	25	(28.466)	(7.175)	(25.761)	(6.823)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(32.644)	(12.160)	(29.951)	(11.808)
Lucro líquido do período		44.483	30.482	43.780	30.051
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		44.483	30.482	44.483	30.288
Acionistas não controladores		-	-	(703)	(237)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período		44.483	30.482	43.780	30.051
Outros resultados abrangentes-		-	-	-	-
Resultado abrangente do período		44.483	30.482	43.780	30.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		77.127	42.642	73.731	41.859
Ajuste para:					
Resultado de equivalência patrimonial		1.736	2.000	(2.781)	1.750
Depreciação e amortização		38.900	40.171	45.154	40.171
Custo de venda de ativos desmobilizados		36.746	89.498	36.746	89.498
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos temporários de impostos		-	-	(477)	-
Reversão de perdas demandas judiciais e administrativas		1.952	(439)	1.952	(439)
Baixas de outros ativos imobilizados		1.637	-	5.499	-
Reversão perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		306	(760)	2.965	(760)
Ganhos com valor justo de instrumentos financeiros derivativos		(9.087)	-	(9.087)	-
Remuneração com base em ações		9	(81)	9	(81)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos		25.234	18.525	38.821	18.525
		174.560	191.556	192.532	190.523
Contas a receber		(161.440)	53.995	(195.326)	53.995
Recebíveis por vendas de empresas controladas		119.816	-	119.816	-
Tributos a recuperar		13.529	3.183	13.165	3.183
Estoques		(235)	442	(235)	442
Depósitos judiciais		(862)	-	(3.795)	-
Fornecedores		5.378	(13.735)	17.369	(13.735)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher		4.142	11.131	(291)	11.131
Adiantamento de clientes		(10.374)	(21.300)	(10.374)	(21.300)
Outras contas a pagar		(1.276)	(3.686)	(1.303)	(3.683)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		36.387	(16.192)	34.726	(15.159)
		5.065	13.838	(26.248)	14.874
Variações no capital circulante líquido operacional					
Demandas judiciais e administrativas pagas		(15.757)	(2.549)	(15.703)	(2.549)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos		(24.214)	(14.840)	(33.876)	(14.840)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação		(73.029)	(161.662)	(73.029)	(159.635)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		79.547	4	73.614	4
		146.172	26.347	117.290	28.377
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível		(4.495)	(2.875)	(82.432)	(2.875)
Aporte de capital em investidas		(109.004)	(45.383)	(498)	(45.383)
Aporte de capital de não-controladores		-	-	4.500	-
Redução de capital de não-controladores por alienação de empresas		-	-	(3.236)	-
Redução de caixa pela alienação de empresas		-	-	7.596	-
		(113.499)	(48.258)	(74.070)	(48.258)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures		81.663	124.433	91.607	124.433
Recebimento (pagamento) de swaps		20.835	7.809	20.835	7.809
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.500)	(35.971)	(1.500)	(35.971)
Amortização de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar		(144.268)	(144.706)	(149.661)	(144.706)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	80.000	-	80.000
		(43.270)	31.565	(38.719)	31.565
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento					
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(10.597)	9.654	4.501	11.684
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		14.809	5.154	16.838	5.154
No final do período		4.212	14.809	21.339	16.838
		(10.597)	9.655	4.501	11.684
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa					
Adição ao imobilizado por arrendamento mercantil		-	(2.027)	-	(2.027)
Adição de arrendamentos por direito de uso		(6.081)	(1.031)	(6.081)	(1.031)
Venda de participação de investidas a prazo		119.816	-	119.816	-
Adição de intangível por direito de exploração de contrato de concessão		-	-	(462.553)	-
Acervo líquido das empresas vendidas, líquido de caixa		-	-	121.655	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	Reservas de capital	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores
--	------	----------------	---	---------------------	--------------------	-------------------	----------------------------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

propósitos específicos (SPE) denominada Grãos Do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. A concessão possui prazo de 30 anos e está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023. Em 13 de junho de 2022, a Empresa venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e, em 20 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato de concessão para para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A partir de então foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. A concessão possui prazo de 30 anos e está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023. Em 30 de dezembro de 2022, a Empresa vendeu a integralidade de sua participação em 3 contralodas: ATU 12, ATU 18 e Grãos do Piauí, para a CS Infra S.A. (“CS Infra”), controlada direta da Simpar. Desta forma, a Companhia deixou de demonstrar saldo patrimonial das controladas em sua consolidação a partir de 30 de dezembro de 2022. Entretanto, todo o resultado do exercício de 2022 permanece demonstrado em seus saldos consolidados.

1.1. Relação de participação em entidades controladas e controlada em conjunto - As participações percentuais da Empresa em sua controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	31/12/2022		31/12/2021	
			Participação direta %	Participação indireta %	Participação direta %	Participação Indireta %
Consórcio Sorocaba (a)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	50,00	-	50,00
BRT Sorocaba Concessionárias (b)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	49,75	-	49,75
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A (c)	Brasil	Construção de terminal portuário	-	-	100,00	-
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A (c)	Brasil	Construção de terminal portuário	-	-	100,00	-
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A (d)	Brasil	Construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária	-	-	64,00	-
Concessionárias CS Mobi Cuiabá SPE S.A (e)	Brasil	Revitalização, implementação, gestão e operação de mobiliário urbano	75,00	-	-	-

a) Consórcio Sorocaba - O Consórcio Sorocaba (“Consórcio Sorocaba”) é uma Empresa em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028. A CS Brasil Transportes mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações e registra os direitos e obrigações na proporção de sua participação.

b) BRT Sorocaba Concessionárias - O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A (“BRT Sorocaba Concessionárias”) é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa aumentou sua participação na BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75% mas não possui o controle. A Empresa registra em seu balanço o percentual de sua participação de 49,75% no BRT Sorocaba Concessionárias por meio do método de equivalência patrimonial.

c) Sociedades de Propósito Específico - SPEs ATU 12 e ATU 18 - Em 25 de março de 2021, foram constituídas as sociedades de propósito específico “SPEs” ATU 12 e ATU 18, ambas as companhias são sociedade anônima fechada, com sede no município de Candeias - Bahia, que tem como propósito específico a construção dos dois terminais portuários no estado da Bahia. Ambas SPEs estão em fase pré operacional, sem operação no exercício, com expectativa de início ao longo do exercício de 2022.

d) Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A - A Empresa assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 (“Transcerrados”), onde detém 64% de participação. A concessão está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023.

e) Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A - Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A CS Brasil possui 75% de participação na sociedade. A concessão está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023.

1.2. Principais eventos ocorridos - 1.2.1. Eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - **a) Aporte de capital na controlada Grãos do Piauí - Transcerrados** - Durante o exercício, a Empresa efetuou um aporte de capital na controlada direta Grãos do Piauí - Transcerrados no montante de R\$ 25.037 ao limite do capital subscrito. Adicionalmente, a Companhia realizou aporte de R\$ 25.604 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. **b) Aumento de capital na CS Brasil Transportes** - Em 01 de junho de 2022, a Companhia integrou o capital social o montante de R\$ 80.000, anteriormente registrado a título de adiantamento para futuro aumento de capital, por sua controladora direta CS Holding. **c) Aporte de capital nas controladas ATU12 e ATU18** - Durante o exercício, a Empresa efetuou um aporte de capital nas controladas diretas ATU 12 e ATU 18, nos montantes de R\$ 41.592 e R\$ 8.465 respectivamente ao limite do capital subscrito de cada uma das controladas. **d) Ganho da Concessão de Gestão do Mobiliário Urbano do Município de Cuiabá** - Em 20 de dezembro de 2022, a Empresa venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e foi assinado o contrato de concessão para para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A partir de então foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. A concessão possui prazo de 30 anos e está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023.

e) Venda das empresas controladas ATU 12, ATU 18 e Grãos do Piauí - Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou operação de venda de participação integral e controle em três empresas controladas para a CS Infra S.A. (“CS Infra”), controlada direta da Simpar, sendo elas: • ATU 12 Arrendatária Portuária S.A. – venda de 100% de participação; • ATU 18 Arrendatária Portuária S.A. – venda de 100% de participação; • Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. – venda de 64% de participação. Desta forma, a Companhia deixou a demonstrar saldo patrimonial das controladas em sua consolidação a partir de 30 de dezembro de 2022. Entretanto, todo o resultado do exercício de 2022 permanece demonstrado em seu saldo consolidado.

1.3. Situação da COVID-19 - A Companhia continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores.

1.4. Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia - A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. Em consequência das tensões causadas pelo conflito, a administração está acompanhando os impactos nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar dos repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com agregados e terceiros e nos custos de combustível e lubrificantes.

1.5. Sustentabilidade e Meio Ambiente - A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo; • de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

Mudanças climáticas - Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Companhia é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo. Nesse sentido, em 2022, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do GHG Protocol. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor. Em 2022, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento “Empresários pelo Clima” e nos comprometendo com metas de redução das emissões de GEE no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observarmos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais.

Gestão de recursos naturais - O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Companhia certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de refinamento, por empresa especializada, permitindo o reuso.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as práticas contábeis adotadas no Brasil) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de abril de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

- Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de consolidação:

a) Controladas - A empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da empresa, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Operação em conjunto - A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A empresa mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa, na proporção de sua participação.

c) Investimentos em entidades controladas em conjunto - Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto.

d) Transações eliminadas na consolidação - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração - As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

b) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 5.1). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio - A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros - Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento - A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.4.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.4.3. Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros - A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.a (ii) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

2.5. Mensuração ao valor justo - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 5.2. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de

(continua)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.6. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.7. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)** - Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.8. Imobilizado** - **a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas na nota explicativa 14. A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **d) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.9. Intangível** - **2.9.1. Softwares** - As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9.2. Concessões** - **a) Direito de exploração:** O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias, contrato de concessão rodoviária e contrato de concessão de mobiliário urbano em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos, dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **b) Gastos subsequentes:** Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c) Direito de Outorga:** Para os terminais portuários de Aratu (ATU12 e ATU18), existe a necessidade de pagamento de outorga pelas SPEs ao Poder Concedente. De acordo com os editais, o modelo escolhido pelo Poder Concedente foi que venceriam as concorrências quem apresentasse as propostas mais vantajosas, adotando-se o critério de maior Valor de Outorga. Essa outorga refere-se ao prêmio pago para que as SPEs tenham o direito de utilização dos ativos citados ao longo do prazo de concessão e são contabilizados na rubrica de Intangível, conforme mencionado na nota 15. Conforme cláusula 27.2.2 dos Editais de Concessão, 25% do montante da outorga deve ser pago como condição para assinatura do contrato e o restante pago em cinco parcelas anuais. **d) Arrendamento Fixo:** Esse direito de exploração é registrado ao valor justo no ativo intangível, que corresponde ao fluxo projetado de pagamentos por todo o prazo do contrato de concessão, utilizando como taxa de desconto o custo de captação de dívidas de sua controladora no momento da assinatura do contrato de concessão. **e) Amortização:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **2.10. Arrendamentos** - No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatária** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS / COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor** - A Empresa classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Empresa atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Empresa é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com

base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.3.1.(c) e 2.3.4). A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.11. Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato** - A Empresa reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 – Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Empresa utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2022. **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ("IRPJ e CSLL")** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.13. Provisões** - **2.13.1. Geral** - Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.13.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.14. Receitas de contrato com clientes** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.14.1. Receita de locação** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.14.2. Receita de venda de ativos desmobilizados** - **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.14.3. Receita de transporte de passageiros** - **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** - A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro. **2.14.4. Receita de serviços de limpeza e coleta urbana:** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.14.5. Receita de serviços de carga e descarga portuária e armazenagem alfandegada** - **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos** - Serviços de carga e descarga de navios são realizados a partir do atracamento no terminal e são cobrados mediante a medição de tonelagem dos materiais movimentados. Serviços de armazenagem alfandegada são realizados a partir da armazenagem pelo período mínimo de 20 (vinte) dias e movimentação no armazém, sendo medido pela quantidade de dias a partir do período mínimo. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** - As faturas são emitidas mediante o aceite do cliente e são cobrados conforme o acordo comercial. **2.14.6. Receita de construção** - Pelos termos dos contratos de concessão, a Sociedade será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Sociedade em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. Quando a Companhia presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra. A Administração da Sociedade entende que os custos só existem em função das obras de construção e reforma, os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual a zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo. **2.15. Benefícios a empregados** - **2.15.1. Benefícios de curto prazo** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.15.2. Transações com pagamentos baseados em ações** - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.16. Capital social** - **Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio** - A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS DE JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9; b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 11; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 15; e d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 24.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"): • **Alteração ao IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis** - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, (continua))



Esta publicação é certificada pelo Estadao, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadao RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). Adicionalmente, esclarecem a que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; • **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; • **Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; • **Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; • **IFRS 10 / CPC 36(R3) e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial. • **IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de Seguro:** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1. Instrumentos financeiros por categoria - Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

Controladora - 31/12/2022			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.212	4.212
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	133.249	-	133.249
Contas a receber	-	360.108	360.108
Depósitos judiciais	-	4.369	4.369
Outros créditos	-	47.489	47.489
	133.249	416.178	549.427
Passivos, conforme balanço patrimonial	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	85.230	85.230
Partes Relacionadas	-	108.089	108.089
Empréstimos e financiamentos	-	104.767	104.767
Arrendamentos a pagar	-	38.849	38.849
Arrendamentos por direito de uso	-	13.066	13.066
Outras contas a pagar	-	15.790	15.790
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	-	47.657
	47.657	365.791	413.448
Consolidado - 31/12/2022			
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	21.339	21.339
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	133.249	-	133.249
Contas a receber	-	360.108	360.108
Depósitos judiciais	-	4.369	4.369
Partes relacionadas	-	60.227	60.227
Outros créditos	-	49.384	49.384
	133.249	495.427	628.676
Passivos, conforme balanço patrimonial	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	85.230	85.230
Empréstimos e financiamentos	-	104.767	104.767
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	-	47.657
Arrendamentos a pagar	-	38.849	38.849
Arrendamentos por direito de uso	-	13.066	13.066
Partes relacionadas	-	108.090	108.090
Outras contas a pagar	-	15.789	15.789
	47.657	365.791	413.448

5.2. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Controladora
	Valor contábil	Valor justo
31/12/2022		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.212	4.212
Títulos e valores mobiliários	133.249	133.249
Contas a receber	360.108	360.108
Depósitos judiciais	4.369	4.369
Outros créditos	47.489	47.489
Total	549.427	549.427
Passivos financeiros		
Fornecedores	85.230	85.230
Partes Relacionadas	108.089	108.089
Empréstimos e financiamentos	104.767	105.994
Arrendamentos a pagar	38.849	39.606
Arrendamentos por direito de uso	13.066	13.066
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	47.657
Outras contas a pagar	15.790	15.790
Total	413.448	415.432
Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo
31/12/2022		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	21.339	21.339
Títulos e valores mobiliários	133.249	133.249
Contas a receber	360.108	360.108
Depósitos judiciais	4.369	4.369
Outros créditos	49.384	49.384
Total	628.676	628.676
Passivos financeiros		
Fornecedores	85.230	85.230
Empréstimos e financiamentos	104.767	105.994
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	47.657
Arrendamentos a pagar	38.849	39.606
Arrendamentos por direito de uso	13.066	13.066
Partes relacionadas	108.090	108.090
Outras contas a pagar	15.789	15.789
Total	413.448	415.432

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e **Nível 3** - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização

	Controladora	Controladora
	Nível 1	Nível 2
31/12/2022		
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	3.338
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	-	-
Letras financeiras	-	-
Cotas de fundos	-	261
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	35.114	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	45.902	-
Notas promissórias - partes relacionadas	-	52.233
	81.016	55.832
		136.848

Empresa	Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Ncional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Pelo custo amortizado	Pelo valor justo
CS Finance	Contrato de swap	Risco de mercado	Hedge de Valor Justo	Swap Pré x CDI	R\$ 450.000	fev/28	Pré	163,81% CDI	(109.654)	(102.625)
Total Consolidado									(109.654)	(102.625)

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Operação	Valor de ncional	Ativo	Passivo
Swap – Pré x CDI	R\$ 100.000	28.100	(47.657)
Total		28.100	(47.657)
Circulante		-	-
Não circulante		28.100	(47.657)
Total		28.100	(47.657)

	Controladora - 31/12/2022	Controladora - 31/12/2022
	Nível 1	Nível 2
Total		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo		
Empréstimos e financiamentos	-	104.767
Arrendamentos a pagar	-	38.849
	-	143.616
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	-	47.657
	-	47.657
Consolidado - 31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2
Total		
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	3.338
Operações compromissadas	-	16.836
Cota de outros fundos	-	261
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	35.114	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	45.902	-
Notas promissórias - partes relacionadas	-	52.233
	81.016	72.668
		153.684

	Controladora - 31/12/2022	Controladora - 31/12/2022
	Nível 1	Nível 2
Total		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo		
Empréstimos e financiamentos	-	104.767
Arrendamentos a pagar	-	38.849
	-	143.616
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	-	47.657
	-	47.657
Consolidado - 31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2
Total		
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa		
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	3.338
Operações compromissadas	-	16.836
Cota de outros fundos	-	261
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	35.114	-
LTN - Letras do Tesouro Nacional	45.902	-
Notas promissórias - partes relacionadas	-	52.233
	81.016	72.668
		153.684

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Vértice							
Taxa (a.a.) - %	13,65	13,72	13,67	13,10	12,65	12,62	12,64

5.3. Gerenciamento de riscos financeiros - A Empresa está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. **a) Risco de crédito** - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras** - O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("B") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "B"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
BrAAA	Prime	G AAA	Prime
BrAA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
BrA+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BrBBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BrBB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
BrB+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
BrCCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
BrDDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

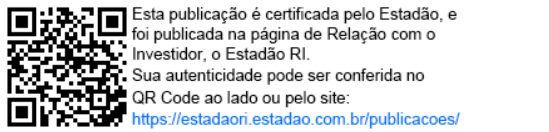
	Controladora	Controladora
	31/12/2022	31/12/2022
Valores depositados em conta corrente	613	904
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	2.214	2.214
Br AA+	1.124	1.124
Br AA	261	17.097
Total de aplicações financeiras	3.599	20.435
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.212	21.339
Consolidado		
	Controladora	Controladora
	31/12/2022	31/12/2022
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	133.249	133.249
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	133.249	133.249

ii. Contas a receber - A Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão específica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício. A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8. **b) Risco de mercado** - O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. **i. Risco de variação de taxa de juros** - Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, sujeitas a taxas de juros. **ii. Instrumentos derivativos de hedge dos riscos de mercado** - A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap) que foram classificados como hedge de valor justo conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cujas variações negativas em seus valores justos de R\$ 9.087 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram registradas no resultado financeiro. Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

	Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
	Saldo da dívida protegida em 31/12/2022	Saldo da dívida protegida em 31/12/2022
Operação	Valor de ncional	Ativo
Swap – Pré x CDI	R\$ 100.000	28.100
Total		28.100
Circulante		-
Não circulante		28.100
Total		28.100

	Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Operação	Valor de ncional	Ativo
Swap – Pré x CDI	R\$ 100.000	28.100
Total		28.100
Circulante		-
Não circulante		28.100
Total		28.100

(continua)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e consolidado

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2022			Movimentação			31/12/2021			
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional													
MTM Swap - Bond				-	(28.100)	(28.100)	-	(14.866)	-	-	-	(13.234)	(13.234)
				-	(28.100)	(28.100)	-	(14.866)	-	-	-	(13.234)	(13.234)

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de swap impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

	Valor contábil	Fluxo	Controladora e Consolidado - 31/12/2022		
			1 ano	2 anos	acima de 3 anos
Swap Ativo	102.625	166.954	6.929	11.218	148.807
Swap Passivo	(150.282)	(228.310)	(21.265)	(22.236)	(184.809)
Total Geral	(47.657)	(61.356)	(14.336)	(11.018)	(36.002)
	MTM	Total	1 - 6 meses	7 - 12 meses	Mais de 1 ano
Swap					
Ponta ativa	102.625	166.954	6.929	-	160.025
Ponta passiva	(150.282)	(228.310)	(21.265)	-	(207.045)
	(47.657)	(61.356)	(14.336)		(47.020)

c) **Risco de liquidez** - A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez e flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora e Consolidado - 31/12/2022			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.212	4.212	4.212	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	133.249	133.249	133.249	-
Contas a receber	360.108	360.108	250.183	109.925
Depósitos judiciais	4.369	4.369	4.369	-
Outras contas a pagar	47.489	47.489	-	-
Total	549.427	549.427	392.013	109.925
	Controladora - 31/12/2022			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Passivos financeiros				
Fornecedores	85.230	85.230	85.230	-
Empréstimos e financiamentos	104.767	139.162	33.834	105.328
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	61.356	14.336	11.018
Arrendamentos a pagar	38.849	39.932	16.020	23.912
Arrendamentos por direito de uso	13.066	18.699	5.439	1.723
Partes relacionadas	108.090	108.090	453	-
Outras contas a pagar	15.789	15.789	14.215	1.574
Total	413.448	468.258	169.527	143.555
	Consolidado - 31/12/2022			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Passivos financeiros				
Fornecedores	85.230	85.230	85.230	-
Empréstimos e financiamentos	104.767	139.162	33.834	105.328
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	61.356	14.336	11.018
Arrendamentos a pagar	38.849	39.932	16.020	23.912
Arrendamentos por direito de uso	13.066	18.699	5.439	1.723
Partes relacionadas	108.090	108.090	453	-
Outras contas a pagar	15.789	15.789	14.215	1.574
Total	413.448	468.258	169.527	143.555

	Controladora e Consolidado - 31/12/2022				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	21.339	21.339	21.339	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	133.249	133.249	133.249	-	-
Contas a receber	360.108	360.108	250.183	109.925	-
Depósitos judiciais	4.369	4.369	-	4.369	-
Partes relacionadas	60.227	60.227	-	14.352	45.875
Outros créditos	49.384	49.384	49.079	305	-
Total	628.676	628.676	453.850	128.951	45.875
	Consolidado - 31/12/2022				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	85.230	85.230	85.230	-	-
Empréstimos e financiamentos	104.767	139.162	33.834	105.328	-
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	61.356	14.336	11.018	36.002
Arrendamentos a pagar	38.849	39.932	16.020	23.912	-
Arrendamentos por direito de uso	13.066	18.699	5.439	1.723	11.537
Partes relacionadas	108.090	108.090	453	-	107.637
Outras contas a pagar	15.789	15.789	14.215	1.574	-
Total	413.448	468.258	169.527	143.555	155.176

	Controladora e Consolidado - 31/12/2022				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	85.230	85.230	85.230	-	-
Empréstimos e financiamentos	104.767	139.162	33.834	105.328	-
Instrumentos financeiros derivativos	47.657	61.356	14.336	11.018	36.002
Arrendamentos a pagar	38.849	39.932	16.020	23.912	-
Arrendamentos por direito de uso	13.066	18.699	5.439	1.723	11.537
Partes relacionadas	108.090	108.090	453	-	107.637
Outras contas a pagar	15.789	15.789	14.215	1.574	-
Total	413.448	468.258	169.527	143.555	155.176

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	190	206	190	206
Bancos	423	589	714	749
Total de disponibilidades	613	795	904	955
CDB - Certificado de depósitos bancários	3.338	11.644	3.338	13.464
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	-	-	16.836	-
Letras financeiras	-	1.858	-	1.907
Cotas de fundos	261	512	261	512
Total de aplicações financeiras	3.599	14.014	20.435	15.883
Total	4.212	14.809	21.339	16.838

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 14,92% a.a. (9,06% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

7. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos - Fundos exclusivos				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	35.114	88.185	35.114	90.503
LTN - Letras do Tesouro Nacional	45.902	124.611	45.902	127.887
Nota Promissória - Partes Relacionadas	52.233	-	52.233	-
Total	133.249	212.796	133.249	218.390

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi equivalente a 13,87% a.a. (9,06% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de serviços e locações	169.983	150.720	45.706	150.720
Ativos de contrato	39.144	31.142	39.144	31.142
Contas a receber - partes relacionadas (nota 26.1)	172.548	37.578	172.548	37.578
Outras contas a receber	313	1.108	124.590	1.108
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(21.880)	(21.574)	(21.880)	(21.574)
Total	360.108	198.974	360.108	198.974
Ativo circulante	250.183	115.844	250.183	115.844
Ativo não circulante	109.925	83.130	109.925	83.130
Total	360.108	198.974	360.108	198.974

	Controladora		Consolidado		Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Investimentos	31/12/2021	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2022	
BRT Sorocaba	26.823	498	2.781	506	30.608	49,75
Ágio BRT Sorocaba	2.284	-	-	-	2.284	N/A
ATU12 (a)	7.375	41.592	(2.896)	-	-	-
ATU18 (b)	15.467	8.465	(382)	-	-	-
Grãos do Piauí (c)	7.017	44.442	(1.264)	-	-	-
CS Mobi Cuiabá	-	13.500	25	-	13.525	75,00
Total investimentos	58.966	108.497	(1.736)	506	46.417	79.556

(a) Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia concretizou operação de venda de participação para a CS Infra S.A. da empresa ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A. (100%) pelos seus valores patrimoniais de R\$ 46.071.
(b) Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia concretizou operação de venda de participação para a CS Infra S.A. da empresa ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A. (100%) pelos seus valores patrimoniais de R\$ 23.550.
(c) Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia concretizou operação de venda de participação para a CS Infra S.A. da empresa Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A (64%), pelos seus valores patrimoniais de R\$ 24.591. Adicionalmente, a Companhia passou a CS Infra, através de cessão onerosa, os direitos a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na controlada Grãos do Piauí no valor de R\$25.604.

	Controladora		Consolidado		Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Investimentos	31/12/2022	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2022	
BRT Sorocaba	26.823	498	2.781	506	30.608	49,75
Total investimentos	26.823	498	2.781	506	30.608	61.523

12.2. Saldos patrimoniais e de resultado da controlada em conjunto

	31/12/2022					Receitas líquidas	Custos, despesas e outras receitas	Lucro / (prejuízo) líquido do período
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido			
BRT Sorocaba Concessionárias	35.292	254.985	31.749	197.005	61.523	128.566	(122.976)	5.590
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	17.153	950	70	-	18.033	-	33	33

(continua)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. IMOBILIZADO

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e também o comparativo de 2021 do consolidado estão demonstradas abaixo:

	Controladora								
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	474.610	36.965	5.998	636	2.681	1.323	30.536	140	552.889
Adições	161.662	-	25	497	892	616	1.031	104	164.828
Transferências	252	-	1.540	-	(285)	(1.539)	-	-	(32)
Transferência para bens destinados a venda	(99.683)	-	-	-	-	-	-	-	(99.683)
Baixa de ativos e outros	(12.022)	-	-	-	-	-	-	-	(12.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	524.819	36.965	7.563	1.133	3.288	400	31.567	244	605.980
Adições	73.029	97	-	1.166	1.240	1.146	6.081	567	83.326
Transferências	730	-	1.710	-	(894)	(1.546)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(21.625)	-	-	-	-	-	-	-	(21.625)
Baixa de ativos e outros	(1.994)	-	-	-	-	-	(88)	-	(2.082)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	574.959	37.062	9.273	2.299	3.634	-	37.560	811	665.598
Depreciação acumulada:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(57.196)	(22.820)	(4.792)	(549)	(1.043)	-	(13.181)	(7)	(99.587)
Despesa de depreciação no período	(29.965)	(2.589)	(827)	(69)	(254)	-	(6.391)	(76)	(40.171)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	32.197	-	-	-	-	-	-	-	32.197
Baixa de ativos e outros	2.600	-	-	-	-	-	-	-	2.600
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(52.364)	(25.409)	(5.619)	(618)	(1.297)	-	(19.572)	(83)	(104.962)
Despesa de depreciação no período	(29.255)	(1.818)	(652)	(222)	(313)	-	(6.332)	(70)	(38.662)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(1.234)	-	-	-	-	-	-	-	(1.234)
Baixa de ativos e outros	229	-	-	-	-	-	88	-	317
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(82.624)	(27.227)	(6.271)	(840)	(1.610)	-	(25.816)	(153)	(144.541)
Saldo líquido:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	417.414	14.145	1.206	87	1.638	1.323	17.355	133	453.302
Saldos em 31 de dezembro de 2021	472.455	11.556	1.945	515	1.991	400	11.995	161	501.019
Saldos em 31 de dezembro de 2022	492.335	9.835	3.002	1.459	2.024	-	11.744	658	521.057
Taxa média de depreciação no período de 2021:									
Veículos leves	5,96%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,72%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	14,69%	14,00%	20,00%	9,66%	-	20,70%	10,01%	-
Taxa média de depreciação no período de 2022:									
Veículos leves	2,85%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,29%	-	9,90%	20,00%	10,00%	-	12,00%	10,01%	-
Outros	-	14,18%	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado									
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	474.610	36.965	5.998	636	2.681	1.323	30.536	140	552.889
Adições	163.097	-	25	497	892	1.995	1.031	104	167.642
Transferências	252	-	1.540	-	(285)	(1.539)	-	-	(32)
Transferência para bens destinados a venda	(99.683)	-	-	-	-	-	-	-	(99.683)
Baixa de ativos e outros	(12.021)	-	-	-	-	-	-	-	(12.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	526.255	36.965	7.563	1.133	3.288	1.779	31.567	244	608.795
Adições	75.224	2.287	-	1.284	2.067	3.472	6.081	565	90.980
Transferências	730	-	5.415	-	(894)	(5.251)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(21.625)	-	-	-	-	-	-	-	(21.625)
Baixa de ativos e outros	(2.073)	-	(3.705)	-	-	-	(88)	-	(5.866)
Baixa decorrente de alienação de empresas	(3.551)	(2.190)	-	(117)	(827)	-	-	-	(6.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	574.960	37.062	9.273	2.300	3.634	-	37.560	809	665.599
Depreciação acumulada:									
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(57.196)	(22.820)	(4.792)	(549)	(1.043)	-	(13.181)	(7)	(99.587)
Despesa de depreciação no período	(29.965)	(2.589)	(827)	(69)	(254)	-	(6.391)	(76)	(40.171)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	32.197	-	-	-	-	-	-	-	32.197
Baixa de ativos e outros	2.600	-	-	-	-	-	-	-	2.600
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(52.364)	(25.409)	(5.619)	(618)	(1.297)	-	(19.572)	(83)	(104.962)
Despesa de depreciação no período	(29.443)	(1.951)	(652)	(227)	(313)	-	(6.332)	(70)	(38.988)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(1.234)	-	-	-	-	-	-	-	(1.234)
Baixa de ativos e outros	229	-	-	-	-	-	88	(2)	315
Baixa de decorrente de alienação de empresas	188	133	-	6	-	-	-	-	327
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(82.624)	(27.227)	(6.271)	(839)	(1.610)	-	(25.816)	(155)	(144.542)
Saldo líquido:									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	473.891	11.556	1.944	515	1.991	1.779	11.995	161	503.833
Saldos em 31 de dezembro de 2022	492.336	9.835	3.002	1.461	2.024	-	11.744	654	521.057
Taxa média de depreciação no período de 2021:									
Veículos leves	5,96%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,72%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	14,69%	6,00%	20,00%	9,66%	-	5,52%	10,01%	-
Taxa média de depreciação no período de 2022:									
Veículos leves	2,85%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,29%	-	9,90%	20,00%	10,00%	-	12,00%	10,01%	-
Outros	-	14,18%	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado									

13.1. Arrendamento de itens do ativo imobilizado - Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamento substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	64.799	96.337	64.799	96.337
Depreciação acumulada	(15.406)	(16.920)	(15.406)	(16.920)
Saldo contábil, líquido	49.393	79.417	49.393	79.417

14. INTANGÍVEL

	Controladora		
	Softwares	Outros	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2020	2.914	1.750	4.664
Adições	740	15.625	16.365
Baixas (i)	-	(15.625)	(15.625)
Em 31 de dezembro de 2021	3.654	1.750	5.404
Adições	279	-	279
Baixas	-	(1.750)	(1.750)
Em 31 de dezembro de 2022	3.933	-	3.933
Amortização acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2020	(1.768)	(1.750)	(3.518)
Despesas de amortização no exercício	-	-	-
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	(1.768)	(1.750)	(3.518)
Despesas de amortização no exercício	-	-	-
Baixas	(238)	-	(238)
Em 31 de dezembro de 2022	(2.006)	-	(2.006)
Saldo líquido:			
Em 31 de dezembro de 2021	1.886	-	1.886
Em 31 de dezembro de 2022	1.927	-	1.927
Taxa média de amortização no exercício:	20,0%	0,0%	-

(i) Outorgas das concessões dos portos ATU12 e ATU18 estavam inicialmente contabilizadas na controladora CS Transportes por ser a empresa que participou dos leilões, e posteriormente os valores de R\$ 2.500 e R\$ 13.125 pagos de outorgas foram aportados nas SPEs ATU12 e ATU18, respectivamente, considerando o especificado nos contratos de concessão.

(ii) Outorgas das concessões dos portos ATU12 e ATU18 estavam inicialmente contabilizadas na controladora CS Transportes por ser a empresa que participou dos leilões, e posteriormente os valores de R\$ 2.500 e R\$ 13.125 pagos de outorgas foram aportados nas SPEs ATU12 e ATU18, respectivamente, considerando o especificado nos contratos de concessão.

	Consolidado					
	Ágio (i)	Contratos de concessão (ii)	Intangível em andamento	Softwares	Outros	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	2.914	1.750	4.664
Adições	2.285	-	26.750	740	15.625	45.400
Baixas (iii)	-	-	-	-	(15.625)	(15.625)
Em 31 de dezembro de 2021	2.285	-	26.750	3.654	1.750	34.439
Adições	-	-	531.035	2.080	-	533.115
Baixas	-	-	(75)	(1.750)	-	(1.825)
Transferências	-	509.245	(509.245)	-	-	-
Baixas por venda de empresas	-	(509.245)	(48.465)	(852)	-	(558.562)
Em 31 de dezembro de 2022	2.285	-	-	4.882	-	7.167

14.1. Teste de redução do valor recuperável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo realizou o teste anual de impairment de seus ativos não financeiros, incluindo o ágio alocado em sua UGC BRT Sorocaba e não apurou perdas sobre os valores contabilizados no intangível. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas abaixo: **A análise dos indicativos considerou as seguintes premissas:** As projeções de resultado foram feitas em base anual, e em um cenário com inflação em moeda local (Real), considerando que a BRT Sorocaba é tributada pelo lucro real. • As projeções foram realizadas com base no prazo remanescente do contrato de concessão, ou seja, 18 períodos anuais a partir de janeiro 2023 e finalizando em dezembro 2040. • Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres, utilizando taxa de desconto de 16% a.a. • Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("mid period"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou nenhuma perda por impairment em ágio e nenhum indicativo de impairment para os ativos com vida útil indefinida.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Veículos, máquinas e equipamentos	19.179	39.625	19.179	40.993
Peças e manutenção	2.161	4.497	2.161	4.497
Partes relacionadas (nota 25.1)	59.168	27.168	59.168	27.168
Material de estoque	2.970	1.478	2.970	1.478
Serviços contratados	1.752	1.625	1.752	1.920
Aluguel de imóveis	-	105	-	105
Outros	-	5.355	-	5.361
Total	85.230	79.852	85.230	81.522
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				
As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2022			Movimentação						Controladora	
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	31/12/2021
Em moeda nacional														
CCBs	17,24%	CDI + 3,06%	jul/23	20.193	-	20.193	-	(30.000)	(5.113)	5.011	30.365	19.930	50.295	
NPs	16,81%	CDI + 1,50%	set/22	-	-	-	-	(74.500)	(17.068)	8.373	83.187	8	83.195	
CDCs	17,05%	CDI + 2,99%	jul/22	-	-	-	-	(1.290)	(13)	52	1.251	-	1.251	
NCs	16,49%	CDI + 2,50%	set/25	3.196	79.552	82.748	80.000	-	-	2.748	-	-	-	
CCBs	16,63%	PRÉ	mar/23	1.826	-	1.826	1.663	-	-	163	-	-	-	
				<u>25.215</u>	<u>79.552</u>	<u>104.767</u>	<u>81.663</u>	<u>(105.790)</u>	<u>(22.194)</u>	<u>16.347</u>	<u>114.803</u>	<u>19.938</u>	<u>134.741</u>	Controladora

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação						Controladora	
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	31/12/2020
Em moeda nacional														
CCBs	5,07%	CDI + 3,17%	jul/23	30.363	19.931	50.293	-	(10.000)	(3.949)	4.332	10.114	49.796	59.910	
Finame I	3,06%	Pré Fixado	out/22	-	-	-	-	(601)	(3)	3	267	334	601	
FNE	-	IPCA + 1,59%	jan/24	2	-	2	17.366	(17.364)	-	-	-	-	-	
NPs	3,40%	CDI + 1,50%	set/22	83.187	8	83.195	-	(72.500)	(6.738)	7.815	80.707	73.911	154.618	
CDCs	4,95%	CDI + 3,05%	jul/22	1.251	-	1.251	-	(2.043)	(68)	153	2.011	1.198	3.209	
				<u>114.803</u>	<u>19.938</u>	<u>134.741</u>	<u>17.366</u>	<u>(102.508)</u>	<u>(10.758)</u>	<u>12.303</u>	<u>93.099</u>	<u>125.239</u>	<u>218.338</u>	Controladora

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2022			Movimentação						Consolidado	
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Redução por Alienação de Investimento	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
CCBs	17,24%	CDI + 3,06%	jul/23	20.193	-	20.193	-	(30.000)	(5.113)	5.011	-	30.365	19.930	50.295
NPs	16,81%	CDI + 1,50%	set/22	-	-	-	-	(74.500)	(17.068)	8.373	-	83.187	8	83.195
FNE	-	IPCA + 1,59%	jan/24	-	-	-	9.944	-	-	17	(8.961)	-	(1.000)	(1.000)
CDCs	17,05%	CDI + 2,99%	jul/22	-	-	-	-	(1.290)	(13)	52	-	1.251	-	1.251
NCs	16,49%	CDI + 2,50%	set/25	3.196	79.552	82.748	80.000	-	-	2.748	-	-	-	-
CCB	16,63%	PRÉ	mar/23	1.826	-	1.826	1.663	-	-	163	-	-	-	-
				<u>25.215</u>	<u>79.552</u>	<u>104.767</u>	<u>91.607</u>	<u>(105.790)</u>	<u>(22.194)</u>	<u>16.364</u>	<u>(8.961)</u>	<u>114.803</u>	<u>18.938</u>	<u>133.741</u>

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2021			Movimentação						Consolidado	
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Despesas de captação (a)	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
CCBs	5,07%	CDI + 3,17%	jul/23	30.363	19.931	50.293	-	-	(10.000)	(3.949)	4.332	10.114	49.796	59.910
Finame I	3,06%	Pré Fixado	out/22	-	-	-	-	-	(601)	(3)	3	267	334	601
FNE (a)	-	IPCA + 1,59%	jan/24	2	(1.000)	(998)	17.366	(1.000)	(17.364)	-	-	-	-	-
NPs	3,40%	CDI + 1,50%	set/22	83.187	8	83.195	-	-	(72.500)	(6.738)	7.815	80.707	73.911	154.618
CDCs	4,95%	CDI + 3,05%	jul/22	1.251	-	1.251	-	-	(2.043)	(68)	153	2.011	1.198	3.209
				<u>114.803</u>	<u>18.938</u>	<u>133.741</u>	<u>17.366</u>	<u>-</u>	<u>(102.508)</u>	<u>(10.758)</u>	<u>12.303</u>	<u>93.099</u>	<u>125.239</u>	<u>218.338</u>

(a) Despesas incorridas para captação do financiamento na modalidade FNE nas ATUs 12 e 18 onde o saldo da dívida em si ainda não foi recebido pelas Empresas, apenas a despesa com captação foi incorrida.
(i) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos firmados são relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação ou expansão da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até dois anos de acordo com o produto financiado, as amortizações de juros e principal são mensais após o exercício de carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso; (ii) **FNE** referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de gestão do caixa do Grupo. Esses contratos possuem vencimentos variados, as carências que são de três meses a um ano, e alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso; (iii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Esses contratos possuem uma cláusula de compromissos: manutenção de índices financeiros. A Empresa utiliza os índices financeiros consolidados da controladora Simpar. (iv) **CDC** é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa e não possuem cláusulas de compromisso; (v) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo semestrais e não possuem cláusulas de compromisso; (vi) **Notas comerciais** emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esse contrato possui vencimento, com amortizações de juros semestral, e principal no final do contrato. Essa operação possui cláusulas

de compromissos, incluindo a manutenção de índices financeiros, calculados sobre as informações consolidadas. A Empresa e suas controladas monitoram a manutenção dos **covenants** trimestralmente e a manutenção dos índices foi realizada em todos os trimestres. Determinados contratos possuem cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros calculados com base na Dívida Financeira Líquida, **EBITDA-Adicionado (EBITDA-A)** e Despesa Financeira Líquida, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Simpar S/A.. **"Dívida Financeira Líquida para fins de covenants financeiros"** significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*); **"EBITDA-Adicionado para fins de covenants financeiros"** significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o **EBITDA-Adicionado** dos últimos 12 (doze) meses das Empresas incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e **"Despesa Financeira Líquida para fins de covenants financeiros"** significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR
Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2022			Movimentação						Controladora e Consolidado
				Circulante	Não circulante	Total	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	31/12/2021
Arrendamento mercantil - Leasing	16,2%	CDI + 2,17%	fev/25	16.020	22.829	38.849	(32.146)	(1.011)	7.072	28.124	36.810	64.934	
18. ARRENDAMENTOS POR DIREITO DE USO													
As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 13.													
Passivo de arrendamento no início do exercício													
Adição				13.206	18.306								
Baixa				6.081	1.031								
Amortização				(128)	(8)								
Juros pagos				(6.332)	(5.183)								
Juros apropriados				(1.009)	(2.599)								
Passivo de arrendamento no fim do exercício				<u>1.248</u>	<u>1.659</u>								
Circulante				3.980	4.296								
Não circulante				9.086	8.910								
Total				<u>13.066</u>	<u>13.206</u>								

As controladas foram vendidas pelas CS Transportes em 30 de dezembro de 2022 e, portanto, deixaram de ter seus saldos patrimoniais consolidados nestas demonstrações financeiras, entretanto, a movimentação do ano permanece demonstrada.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários	5.894	4.214	5.894	4.433
Provisões de férias, encargos e bônus	15.018	13.810	15.018	13.810
INSS	9.930	8.272	9.930	8.384
FGTS	783	661	783	688
Outras	958	753	958	840
Total	<u>32.583</u>	<u>27.711</u>	<u>32.583</u>	<u>28.156</u>

21. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Venda de veículos	9.900	20.274	9.900	20.274
Total	<u>9.900</u>	<u>20.274</u>	<u>9.900</u>	<u>20.274</u>

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de seguros	6.260	6.268	6.260	6.268
Outras contas a pagar - partes relacionadas	4.644	4.774	4.644	4.774
Provisão PPR - longo prazo	880	-	880	-
Provisão de serviço de terceiros	3.177	4.311	3.177	4.311
Contas a pagar - Consórcio Sorocaba	765	1.621	765	1.621
Outros	64	91	63	117
Total	<u>15.790</u>	<u>17.066</u>	<u>15.789</u>	<u>17.092</u>
Ativo circulante	14.215	15.042	14.215	15.070
Ativo não circulante	1.574	2.024	1.574	2.022
Total	<u>15.790</u>	<u>17.066</u>	<u>15.789</u>	<u>17.092</u>

23. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS
A Empresa, no curso normal de seus negócios, recebe demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

(continua)

Contratos por prazo e taxa de desconto

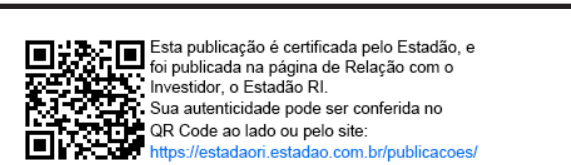
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	4,21
2	5,59
3	6,93
5	8,34
10	9,33
15	9,66
20	10,15

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação do arrendamento	19.381	14.484
PIS / COFINS	1.785	1.332

A Administração da Empresa na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Empresa tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos seria um aumento aproximado de R\$ 2.636.

19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE
As controladas ATU 12 e ATU 18, conforme seu contrato de concessão, assumiram as obrigações de pagamento de outorga e arrendamento fixo ao poder concedente pelo direito de explorar a área dos terminais portuários.
(i) A título de outorga, o pagamento de R\$ 10.000 e R\$ 53.500 na ATU 12 e ATU 18, respectivamente, conforme Edital de Concessão. 25% do montante da outorga deve ser pago como condição para assinatura do contrato e o restante pago em cinco parcelas anuais a partir de 2023. Os primeiros pagamentos nos valores de R\$ 2.500 e R\$ 13.125 na ATU 12 e ATU 18, respectivamente, foi realizado durante o exercício de 2021. No exercício de 2022, não foram realizados novos pagamentos, com a próxima parcela a vencer em maio de 2023; (ii) R\$ 1.806 pela ATU 12 e R\$ 314 pela ATU 18 por mês, a título de valor do arrendamento fixo, pelo direito de explorar as atividades do arrendamento e pela cessão onerosa da área do arrendamento, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA referenciado a abril de 2019. (iii) R\$ 9,75 (nove reais e setenta e cinco centavos) pela ATU 12 e R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos) pela ATU 18 por tonelada de qualquer carga movimentada, a título de valor do arrendamento variável; pelo direito de explorar as atividades do arrendamento e pela cessão onerosa, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA referenciado a abril de 2019. A movimentação dos valores a pagar ao poder concedentes durante o exercício de 2022 estão demonstrados a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Depósitos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões	Provisões	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021				
Trabalhistas	3.768	2.626	(2.086)	(1.577)				
Cíveis	383	706	(2.573)	(1.130)				
Tributárias	218	175	-	-				
	4.369	3.507	(4.659)	(2.707)				
Imposto diferido passivo								
Receita diferida de órgãos públicos					(26.640)	(26.316)	(26.640)	(26.316)
Derivativos de <i>hedge (swap)</i> e variação cambial em regime tributário de caixa					-	(1.097)	-	(1.097)
Depreciação econômica vs. fiscal					(49.498)	(8.843)	(49.498)	(8.843)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro					(19.106)	(24.715)	(19.106)	(24.715)
Total do imposto diferido passivo					(95.244)	(60.971)	(95.244)	(60.971)
Total débitos fiscais, líquidos					(64.673)	(36.207)	(64.673)	(35.855)
Tributos diferidos ativos					-	-	-	352
Tributos diferidos passivos					(64.673)	(36.207)	(64.673)	(36.207)
Total débitos fiscais, líquidos					(64.673)	(36.207)	(64.673)	(35.855)

23.1. Depósitos judiciais - Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **23.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - A Empresa classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais. As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado			Controladora	Consolidado
	Trabalhista	Cível	Total	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.552)	(594)	(3.146)	(29.032)	(29.032)
Constituição	(515)	(1.118)	(1.633)	(7.175)	(7.175)
Reversão	1.491	581	2.072	(36.207)	(36.207)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.576)	(1.131)	(2.707)	(28.466)	(25.761)
Constituição	(2.370)	(2.473)	(4.843)	-	(2.705)
Reversão	1.860	1.031	2.891	(64.673)	(64.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.086)	(2.573)	(4.659)		

Trabalhistas - A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade solidária. **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais e materiais. **23.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço** - A Empresa possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado			Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Trabalhistas	5.543	8.594			
Cíveis	9.511	11.291			
Tributárias	4.886	3.904			
Total	19.940	23.789			

Trabalhistas - As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa. **Cíveis** - As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 23.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. **Tributárias** - As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos a compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos fiscais	-	-	-	351
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	351
Provisão para demandas judiciais e administrativas (i)	15.266	12.923	15.266	12.923
Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	5.961	4.964	5.961	4.964
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	584	490	584	490
Provisão para Perda do valor recuperável de ativos (" <i>impairment</i> ")	4.653	5.218	4.653	5.218
Derivativos de <i>hedge (swap)</i> e variação cambial em regime tributário de caixa	2.897	-	2.897	-
Impacto do arrendamentos por direito de uso	450	412	450	412
Plano de pagamentos baseado em ações	364	361	364	361
Outras provisões	396	396	396	397
Total do imposto diferido ativo	30.571	24.764	30.571	25.116

Saldos em 31 de dezembro de 2020

	Controladora	Consolidado
Provisão de IR/CS do período a pagar	(4.985)	(4.985)
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	2.549	2.614
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.257	11.322

Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.257	11.322

Provisão de imposto de renda e contribuição social do período a pagar

	Controladora	Consolidado
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	(4.178)	(4.190)
	15.757	15.793
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.192	31.215
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	22.836	22.835
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.836	22.835

25. PARTES RELACIONADAS

25.1. Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo) - As naturezas dos saldos em contas de balanço patrimonial com partes relacionadas são as seguintes: (i) Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (i), (ii) e (iii). (ii) Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas e de rateio de despesas comuns pagas à Empresa, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (iv). (iii) Adiantamentos de clientes: recebimento antecipado referente a venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços que ainda não foram realizados / entregues. (iv) Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem à contratos de mútuo mantidos entre a Empresa e outras partes relacionadas. (v) Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas. (vi) Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços. No quadro a seguir, estão os saldos das transações entre a Empresa e partes relacionadas:

	Controladora							
	Títulos e valores mobiliários (nota 7)		Contas a receber (nota 8)		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (nota 11)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas								
ATU 12	-	-	78	-	-	-	1.959	1.907
ATU 18	-	-	-	-	-	-	-	861
Avante Veículos	-	-	-	72	-	-	-	-
Banco Brasileiro Créd. S.A.	-	-	176	176	-	-	-	-
Cíclus Ambiental Brasil S.A.	52.233	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	-	-	3.722	4.316	-	-	19.356	19.310
CS Brasil Participações	-	-	79	79	-	-	11.475	11.475
CS FINANCE	-	-	-	-	-	-	-	-
CS HOLDING	-	-	-	-	57.441	79.318	-	934
CS Infra S.A.	-	-	119.816	-	-	-	-	-
GRÃOS DO PIAÚ	-	-	48	-	-	-	289	255
JSL S/A.	-	-	18.512	6.607	-	-	919	901
Medlogística Pres. Ser. Log.	-	-	-	-	-	-	1	-
MOGI PASSES	-	-	53	25	-	-	123	122
MOGIMOB	-	-	22.805	20.287	2.000	2.000	1.812	1.370
Movida Loc. Veic Premium	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Loc. de Veic. S.A.	-	-	107	333	-	-	100	100
Movida Participações S/A.	-	-	51	213	-	-	10	10
Movida Gestão Terc. Frota S.A.	-	-	-	43	-	-	-	-
Original Indiana S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-
Original Locad. Veic. LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos S.A.	-	-	124	65	-	-	-	15
Ponto Veículos S.A.	-	-	202	79	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	1	-	-	-	56	-
SIMPAR S/A.	-	-	17	8	-	-	1.879	1.594
TPG	-	-	5.030	4.576	-	-	1.981	1.977
Transrio Caminhões Ônibus	-	-	-	13	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões	-	-	-	533	-	-	-	1.203
Vamos Loc. Cam. Máq. Equip. S.A.	-	-	738	91	-	-	1.213	-
Yolanda Logística, Armazem	-	-	-	-	-	-	-	-
Serveng	-	-	-	-	786	-	-	-
Areatec	-	-	-	-	-	-	180	-
Quataí	-	-	283	-	-	-	-	-
Ribeira	-	-	1	-	-	-	-	-
Joseense	-	-	672	58	-	-	-	-
Saga	-	-	13	-	-	-	-	-
Promulti	-	-	-	-	-	-	4.416	-
FBS	-	-	-	-	-	-	94	-
Outros	-	-	20	3	-	-	867	973
Total	52.233	-	172.548	37.578	60.227	81.439	46.730	43.007
Circulante	52.233	-	172.548	37.578	-	-	46.730	43.007
Não circulante	-	-	-	-	60.227	81.439	-	-
Total	52.233	-	172.548	37.578	60.227	81.439	46.730	43.007

	Fornecedores (nota 15)		Dividendos a pagar		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 22)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas								
ATU 12	-	-	-	-	-	-	-	-
ATU 18	-	-	-	-	-	-	-	-
Avante Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Brasileiro Créd. S.A.	172	173	-	-	-	-	124	-
Cíclus Ambiental Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	453	-	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	4.426	885	-	-	-	-	647	549
CS Brasil Participações	1.778	129	-	-	-	-	138	138
CS FINANCE	-	-	-	-	107.637	107.070	-	-
CS HOLDING	-	-	1.050	2.550	-	-	-	-

(continua)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Partes relacionadas	Fornecedores (nota 15)		Dividendos a pagar		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 22)		Controladora
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
CS Infra S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRÃOS DO PIAÚ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL S/A.	7.713	2.349	-	-	-	-	421	878	-
Medlogística Pres. Ser. Log.	0	-	-	-	-	-	-	-	-
MOGI PASSES	129	129	-	-	-	-	-	-	-
MOGIMOB	13.106	11.248	-	-	-	-	-	-	-
Movida Loc. Veic. Premium	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Movida Loc. de Veic. S.A.	16.448	146	-	-	-	-	1	-	-
Movida Participações S/A.	54	52	-	-	-	-	6	-	-
Movida Gestão Terc. Frota S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Indiana S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Locad. Veic. LTDA.	2.916	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos S.A.	37	44	-	-	-	-	1	-	-
Ponto Veículos S.A.	45	43	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	(65)	-	-	-	-	-	4	-	-
SIMPAR S/A.	2.381	653	-	-	-	-	1.859	1.742	-
TPG	6.560	6.549	-	-	-	-	1.394	1.394	-
Transrio Caminhões Ônibus	190	50	-	-	-	-	47	-	-
Vamos Locações de Caminhões	-	4.017	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Loc. Cam. Máq. Equip. S.A.	3.270	-	-	-	-	-	-	-	-
Yolanda Logística, Armazem	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Serveng	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Areatec	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quataí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Joseense	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Promulti	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FBS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	10	701	-	-	-	453	-	-	73
Total	59.168	27.168	1.050	2.550	108.090	107.523	4.644	4.774	4.774
Circulante	59.168	27.168	1.050	2.550	-	453	4.644	-	4.774
Não circulante	-	-	-	-	108.090	107.070	-	-	-
Total	59.168	27.168	1.050	2.550	108.090	107.523	4.644	4.774	4.774

Partes relacionadas	Títulos e valores mobiliários (nota 7)		Contas a receber (nota 8)		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (nota 11)		Ativo
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
ATU 12	-	-	78	-	-	-	1.959	-	-
Banco Brasileiro Créd. S.A.	-	-	176	176	-	-	-	-	-
Cíclus Ambiental Brasil S.A	52.233	-	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	-	-	3.722	4.316	-	-	19.356	19.310	-
CS Brasil Participações	-	-	79	79	-	-	11.475	11.475	-
CS FINANCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS HOLDING	-	-	-	-	57.441	79.317	-	-	-
CS Infra S.A.	-	-	119.816	-	-	-	-	-	-
GRÃOS DO PIAÚ	-	-	48	-	-	-	289	-	-
JSL S/A.	-	-	18.512	6.610	-	-	919	901	-
Medlogística Pres. Ser. Log.	-	-	-	-	-	-	1	-	-
MOGI PASSES	-	-	53	25	-	-	123	122	-
MOGIMOB	-	-	22.805	21.318	2.000	2.000	1.812	1.370	-
Movida Loc. Veic. Premium	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Loc. de Veic. S.A.	-	-	107	114	-	-	100	100	-
Movida Participações S/A.	-	-	51	50	-	-	10	10	-
Original Indiana S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Original Locad. Veic. LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos S.A.	-	-	124	29	-	-	-	-	15
Ponto Veículos S.A.	-	-	202	43	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	1	12	-	-	56	56	-
SIMPAR S/A.	-	-	17	8	-	-	1.879	1.594	-
SIMPAR Europe	-	-	-	-	-	-	-	606	-
TPG	-	-	5.030	4.162	-	-	1.981	1.977	-
Transrio Caminhões Onibus	-	-	-	13	-	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões	-	-	-	-	-	-	-	-	1.203
Vamos Loc. Cam. Máq. Equip. SA.	-	-	738	624	-	-	1.213	-	-
Medlogística	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Serveng	-	-	-	-	786	-	-	-	-
Areatec	-	-	-	-	-	-	180	-	-
Quataí	-	-	283	-	-	-	-	-	-
Ribeira	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Joseense	-	-	672	-	-	-	-	-	-
Saga	-	-	13	-	-	-	-	-	-
Promulti	-	-	-	-	-	-	4.416	-	-
FBS	-	-	-	-	-	-	94	-	-
Outros	-	-	20	-	-	122	867	-	1.098
Total	52.233	-	172.548	37.578	60.227	81.439	46.730	39.839	39.839
Circulante	52.233	-	172.548	37.578	-	-	46.730	-	39.839
Não circulante	-	-	-	-	60.227	81.439	-	-	-
Total	52.233	-	172.548	37.578	60.227	81.439	46.730	39.839	39.839

Partes relacionadas	Fornecedores (nota 15)		Dividendos a pagar		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 22)		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Banco Brasileiro Créd. S.A.	172	173	-	-	-	-	124	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	453	-	-	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	4.426	885	-	-	-	-	647	549	-
CS Brasil Participações	1.778	129	-	-	-	-	138	138	-
CS FINANCE	-	-	-	-	107.636	107.070	-	-	-
CS HOLDING	-	-	1.050	2.550	-	-	-	-	-
JSL S/A.	7.713	2.349	-	-	-	-	421	878	-
MOGI PASSES	129	129	-	-	-	-	-	-	-
MOGIMOB	13.106	11.248	-	-	-	-	-	-	-
Movida Loc Veic Premium	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Movida Loc. de Veic. S.A.	16.448	146	-	-	-	-	1	-	-
Movida Participações S/A.	54	52	-	-	-	-	6	-	-
Original Locad. Veic. LTDA.	2.916	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos SA.	37	44	-	-	-	-	1	-	-
Ponto Veículos S.A.	45	43	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	(65)	-	-	-	-	-	4	-	-
SIMPAR S/A	2.381	653	-	-	-	-	1.859	1.742	-
TPG	6.560	6.549	-	-	-	-	1.394	1.394	-
Transrio Caminhões Onibus	190	50	-	-	-	-	47	-	-
Vamos Locações de Caminhões	-	4.017	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Loc. Cam. Máq. Equip. S.A.	3.270	-	-	-	-	-	-	-	-
Yolanda Logística, Armazem	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Outros	10	701	-	-	-	453	-	-	73
Total	59.168	27.168	1.050	2.550	108.089	107.523	4.643	4.774	4.774
Circulante	59.168	27.168	1.050	2.550	-	453	4.643	-	4.774
Não circulante	-	-	-	-	108.089	107.070	-	-	-
Total	59.168	27.168	1.050	2.550	108.089	107.523	4.643	4.774	4.774

25.2. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado - As transações entre partes relacionadas se referem a: (i) Locações de veículos e outros ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento; (ii) Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados por valores equivalentes de mercado, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras; (iii) Venda de ativos desmobilizados, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado; (iv) A Empresa compartilha certos serviços administrativos com as empresas da Empresa Simpar. Essas despesas são rateadas e repassadas pelo seu valor efetivamente incorrido para reembolso a ser recebido, ficando apresentadas nas contas contábeis de despesas administrativas e comerciais; e (vii) Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo Simpar. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato.

Resultado	Locações e serviços prestados		Locações e serviços tomados		Receita na venda ativos		Custo na venda de ativos		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Transações eliminadas no resultado									
CS BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATU 12	-	-	(4.238)	-	-	-	-	-	-
ATU 18	-	-	4.238	-	-	-	-	-	-
Transações com partes relacionadas									
CS Brasil	-	-	-	-	-	6.843	-	(6.843)	-
CS Frotas	977	1.208	(4.847)	(4.070)	207	-	(207)	-	-
CS Participações	-	-	(1.388)	(2.694)	-	-	-	-	-
CS Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avante Veículos	-	-	-	(5)	-	2.848	-	(2.844)	-
JSL	9.703	725	-	-	-	2.745	-	(2.745)	-
Original Veículos Ltda.	-	-	-	(20)	1.267	844	(1.267)	(844)	-
Ponto Veículos Ltda	-	-	-	(8)	290	-	(290)	-	-
Vamos Locações de Caminhões, Máq e equip S.A	267	8	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Transp de Passageiros Ltda	-	432	(17)	-	-	-	-	-	-
Mogipasses Comércio de bilhetes Eletrônicos Ltda.	80	38	-	-	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A	-	-	(150)	(662)	-	-	-	-	-
SIMPAR	64	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira Imóveis	-	-	-	(3.731)	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões e Ônibus, máq e equip Ltda	-	-	(1.075)	(478)	-	-	-	-	-
TPG - Transporte de Passageiros Ltda	2.326	267	-	-	-	283	-	(235)	-
Quick Logística	-	-	(329)	(165)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	(69)	(276)	-	-	-	-	-
Total	13.417	2.678	(7.875)	(12.107)	2.551	13.563	(2.551)	(13.510)	(13.510)
Total	13.417	2.678	(7.875)	(12.107)	2.551	13.563	(2.551)	(13.510)	(13.510)

(continua)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado	Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas		Outras receitas (despesas) operacionais		Receita financeira		Despesa financeira		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transações eliminadas no resultado										
CS BRASIL	(106)	(8)	-	(4)	-	-	-	-	-	-
ATU 12	(1.540)	(92)	-	2	-	-	-	-	-	-
ATU 18	1.646	100	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com partes relacionadas										
CS Brasil	-	11.705	-	31	-	-	-	-	-	-
CS Frotas	127	-	(1.965)	-	-	1.949	-	-	-	-
CS Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Holding	-	-	-	-	11.884	2.393	-	-	-	-
CS Finance	-	-	-	-	-	-	(2.402)	-	-	-
Avante Veículos	-	525	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL	242	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	(9)	-	282	40	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda	-	(227)	2.005	(77)	-	-	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões, Máq e equip S.A	(233)	1.152	-	-	-	28	-	-	-	-
Mogi Mob Transp de Passageiros Ltda	1	80	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogipasses Comércio de bilhetes Eletrônicos Ltda.	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SIMP PAR	(505)	(6.115)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões e Ônibus, máq. e equip. Ltda.	-	179	-	-	-	-	-	-	-	-
TPG - Transporte de Passageiros Ltda.	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(12)	-	24	-	-	-	-	-	-	(8.317)
	(364)	7.302	345	(7)	11.884	4.370	(2.402)	(8.317)		
Total	(364)	7.302	345	(7)	11.884	4.370	(2.402)	(8.317)		

25.3. Transações ou relacionamentos com acionistas referentes à arrendamento de imóveis - O Grupo mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. ("Ribeira Imóveis"), empresa sob controle comum. O valor dos alugueis reconhecidos no resultado no exercício findo em 31/12/2022 foi de R\$5.210. (R\$ 6.521 no exercício findo em 31/12/2021). Os contratos tem condições alinhadas com as práticas do mercado e tem vencimentos até 2035. **25.4. Centro de serviços administrativos** - O Grupo, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços compartilhados, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e BackOffice. Para o exercício de 2022 foi de R\$ 8.247 no consolidado (R\$ 6.115 em 2021).

25.5. Remuneração dos administradores - A Administração da Empresa é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa	2.062	1.845
Remuneração variável	1.989	2.548
Benefícios	57	44
Remuneração baseada em ações	1.108	887
Total	5.216	5.324

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora indireta Simpar S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 27.2. A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social - O capital social da Empresa, mantido pela CS Holding com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 675.714, dividido em 675.714,248 quotas, sem valor nominal

	Valor	Quotas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	595.714	595.714.248
Aumento de capital	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	595.714	595.714.248
Aumento de capital (i)	80.000	80.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	675.714	675.714.248

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Empresa teve um aumento de capital na importância de R\$ 80.000 mediante a criação de 80.000.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Em 29 de dezembro de 2021 foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 80.000. Este adiantamento foi concedido em caráter irrevogável e sem vencimentos, oriunda de sua controladora e visa atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Empresa. A operação de capitalização foi efetuada dentro dos critérios estabelecidos pela legislação vigente. Em 01 de junho de 2022, este valor foi integralizado ao capital social mediante aprovação em assembleia de acionistas. **26.2. Reserva de Capital - a) Transações com pagamentos baseados em ações** - i. **Plano de opções de ações da Simpar** - Os Planos da CS Transportes para opção de ações da Simpar são calculados com base na média da cotação das ações na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Empresa, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Sociedade do preço de exercício pelo beneficiário. O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observados os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano da outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção	Volatilidade
VII	2017	5.208	1	9,03	8,51	42,31%
VII	2017	5.208	2	9,03	8,51	42,31%
VII	2017	10.415	3	9,03	8,5	42,31%

Movimentação durante os exercícios - A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Direitos de opções de ações outorgadas	Direitos de ações em circulação	Preço médio do período (R\$)
Posição em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Ocorrências 2021	31.251	31.251	8,59
Posição em 31 de dezembro de 2021	31.251	31.251	-
Ocorrências 2022	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2022	31.251	31.251	-

	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
Posição em 31 de dezembro de 2020	215.892	10,06
Ocorrências 2021	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2021	215.892	3,04
Outorgas canceladas	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2022	215.892	-

Plano	Ano de outorga	Quantidade de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	5.604	3	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	01/04/2021
I	2018	5.603	4	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	01/04/2022
II	2020	18.252	2	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2020 a 01/05/2021	01/04/2021
II	2020	18.252	3	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2020 a 01/05/2022	01/04/2022
II	2020	18.250	4	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2020 a 01/05/2023	01/04/2023

ii. **Movimentação durante o exercício** - A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercidas	Direitos de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
Posição em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Ocorrências 2021	83.379	-	-	83.379	-
Posição em 31 de dezembro de 2021	83.379	-	-	83.379	-
Ocorrências 2022	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2022	83.379	-	-	83.379	-

(i) Conforme reestruturação da Empresa Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes.

Foi contabilizado no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$ 9 (R\$ 81 em 31 de dezembro de 2021) na rubrica de "Despesas administrativas" a título da remuneração pelos planos de pagamentos baseados em ações, e o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$ 1.196 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.187 em 31 de dezembro de 2021). **26.3. Reserva da lucros** - **Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio** - Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para fins das demonstrações das financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio e os lucros distribuídos em 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	44.483
Juros sobre capital próprio	-
Total destinação do resultado	-
	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	30.482
Juros sobre capital próprio	(35.971)
Total destinação do resultado	(35.971)

O saldo da reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 68.615 (R\$ 24.677 em 31 de dezembro de 2021).

26.4. Ajustes de avaliação patrimonial - Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 3.225 decorrente de reestruturações societárias e movimentações patrimoniais de controladas (R\$ 1.540 em 31 de dezembro de 2021). **26.5. Participação de não controladores** - A Empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. - Em virtude da venda da controlada Grãos do Piauí em 30 de dezembro de 2022, em que a CS Brasil detinha 64% de participação, houve redução de R\$ 3.236 na participação dos sócios não controladores no consolidado. Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui o valor de R\$ 4.508 relacionado a participação de não controladores, composto por R\$ 8 referente ao lucro do exercício da CS Mobi Cuiabá e R\$ 4.500 de capital social da CS Mobi Cuiabá, na qual a CS Brasil Transportes detém 75% de participação.

27. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE ATIVOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

a) Fluxos de receitas - A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços (a)	50.890	70.942	50.890	70.942
Receita de locação (b)	372.496	313.274	372.496	313.274
Receita de carga e descarga de navios, serviços acessórios e armazenagem	-	-	64.226	-
Receita de construção	-	-	103.101	-
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	423.386	384.216	590.713	384.216
Receita de venda de ativos desmobilizados	49.175	111.831	49.175	111.831
Receita líquida total	472.561	496.047	639.888	496.047

(a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente. (b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	529.365	548.661	707.365	548.661
Menos:				
Impostos sobre vendas	(56.733)	(50.501)	(67.406)	(50.501)
Devoluções e cancelamentos	(71)	(2.113)	(71)	(2.113)
Receita líquida total	472.561	496.047	639.888	496.047

b) **Desagregação da receita de contrato com cliente** - Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os s reportáveis da Empresa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de transporte de passageiros	50.890	39.883	50.890	39.883
Receita de limpeza e coleta urbana	-	31.059	-	31.059
Receita de locação - GTF Leves	83.854	77.710	83.854	77.710
Receita de locação - GTF Pesados	270.343	11.848	270.343	11.848
Receita de locação - GTF MO	18.299	222.515	18.299	222.515
Receita de construção	-	-	103.101	-
Receita de carga e descarga de navios, serviços acessórios e armazenagem	-	-	64.226	-
Outros	-	1.201	-	1.201
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	423.386	384.216	590.713	384.216
Receita de venda de ativos desmobilizados	49.175	111.831	49.175	111.831
Receita líquida total	472.561	496.047	639.888	496.047

	Tempo de reconhecimento de receita	
	Produtos transferidos em momento específico no tempo	Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo
Receita líquida total	472.561	496.047



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo / despesas com frota (iv)	(18.531)	(18.409)	(18.532)	(18.409)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(36.746)	(89.500)	(36.746)	(89.500)
Pessoal e encargos	(176.200)	(175.846)	(182.815)	(176.686)
Agregados e terceiros	(174)	(106)	(174)	(106)
Depreciação e amortização	(38.900)	(40.171)	(45.154)	(40.171)
Peças, pneus e manutenções	(34.252)	(26.596)	(34.719)	(26.596)
Combustíveis e lubrificantes	(67.924)	(49.241)	(67.934)	(49.241)
Comunicação, propaganda e publicidade	(425)	(435)	(677)	(435)
Prestação de serviços	(16.586)	(15.217)	(20.361)	(15.217)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(306)	760	(2.965)	760
Provisão e indenizações judiciais para demandas judiciais e administrativas	(9.806)	(3.175)	(9.806)	(3.175)
Aluguel de imóveis	3.828	2.760	3.634	2.760
Energia elétrica	-	(1.483)	-	(1.483)
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (ii)	(7.250)	(14.182)	(7.298)	(14.182)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (i)	26.024	19.807	28.531	19.807
Crédito de impostos extemporâneos (iii)	477	323	477	323
Custo de construção de concessões	-	-	(103.102)	-
Outras receitas (custos) (vi)	2.338	(31.408)	(40.028)	(31.635)
	(374.433)	(441.964)	(537.669)	(443.186)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(328.362)	(323.341)	(474.781)	(323.341)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(36.746)	(89.500)	(36.746)	(89.500)
Despesas comerciais	(1.966)	(2.639)	(1.966)	(2.639)
Despesas administrativas	(28.363)	(26.939)	(42.538)	(28.161)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(306)	760	(2.965)	760
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	21.310	(305)	21.327	(305)
	(374.433)	(441.964)	(537.669)	(443.186)

(i) O Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas. (ii) Inclui saldo de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerram dentro do exercício. (iii) Durante o exercício de 2021, a CS Brasil Transportes reconheceu créditos extemporâneos relacionados a INSS de R\$ 323 relativos a determinadas verbas trabalhistas pacificadas em decisões judiciais, e sobre descontos efetuados da remuneração de empregados. (vi) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frota utilizadas nas operações. (v) A Companhia obteve, entre junho e agosto de 2022, o recebimento de receita de reequilíbrio tarifário referente a sua participação no Consórcio Unileste durante o período de 2007 a 2016, no valor de R\$ 45.751.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	15.590	9.165	17.899	9.357
Receita de variação monetária	12.292	6.973	12.292	6.973
Juros recebidos	82	330	82	330
Resultado na apuração dos swaps, líquido	-	3.228	-	3.228
Outras receitas financeiras	-	318	-	324
Receita financeira total	27.964	20.014	30.273	20.212
Despesas financeiras				
Despesas do serviço da dívida				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(16.347)	(12.303)	(16.364)	(12.303)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(7.072)	(4.561)	(7.072)	(4.561)
Despesas com captações de dívidas	(915)	(1.076)	(915)	(1.076)
Resultado na apuração dos swaps, líquido	(9.087)	-	(9.087)	-
Despesa total do serviço da dívida	(33.421)	(17.940)	(33.438)	(17.940)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(1.248)	(1.659)	(15.385)	(1.659)
Juros passivos	(12.108)	(8.386)	(12.218)	(8.386)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	(64)	(72)	(72)	(74)
Despesas com aplicações financeiras	-	(777)	-	(786)
Outras despesas financeiras	(388)	(621)	(429)	(620)
Despesa financeira total	(47.229)	(29.455)	(61.542)	(29.465)
Resultado financeiro líquido	(19.265)	(9.441)	(31.269)	(9.253)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e quotistas

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

30. ARRENDADOR OPERACIONAL

A Empresa possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2025. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
CS Transportes	334.231	100.712	7.783	-	-	442.726
Total	334.231	100.712	7.783	-	-	442.726

31. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **31.1. Aquisições que não afetam os fluxos de caixa** - A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam os fluxos de caixa por estarem financiados. Abaixo esta a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total das adições de imobilizado no período	83.326	164.828	90.980	164.828
Adição de Arrendamentos por direito de uso (nota 15)	(6.081)	-	(6.081)	-
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	77.245	164.828	84.899	164.828
Demonstrações dos fluxos de caixa:				
Imobilizado operacional para locação	73.029	161.662	75.224	163.097
Imobilizado	4.216	3.166	9.675	4.545
Total	77.245	164.828	84.899	167.642

31.2. Classificação de juros sobre capital próprio e lucros como atividades de investimento e financiamento - A CS Brasil Transportes classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos como fluxo de caixa das atividades de investimento ou financiamento, respectivamente, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e lucros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de investimento como retorno sobre os investimentos que a Empresa possui ou como atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros. **31.3. Acervo líquido de caixa da alienação de empresas controladas** - Os saldos patrimoniais que deixaram de ser consolidados em virtude de venda de participação está demonstrado a seguir:

	ATU 12	ATU 18	Grãos do Piauí	Total
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	584	10.943	-	11.527
Contas a receber	8.992	1.883	22.705	33.580
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	409	414	18	841
Despesas antecipadas	1.191	626	589	2.406
Adiantamentos a terceiros	4.332	128	3.100	7.560
Outros créditos	4.371	1.633	30	6.034
Depósitos judiciais	2.933	-	-	2.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.504	225	1.326	3.055
Imobilizado	2.839	159	3.360	6.358
Intangível	406.514	96.868	49.254	552.636
Fornecedores	(5.267)	(1.093)	(7.301)	(13.661)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(9.961)	(9.961)
Obrigações com o poder concedente	(378.907)	(82.727)	-	(461.634)
Obrigações sociais e trabalhistas	(811)	(138)	(682)	(1.631)
Tributos a recolher	(1.222)	(314)	(634)	(2.170)
Partes relacionadas	-	-	(7.284)	(7.284)
Outras contas a pagar	(3.362)	(5.252)	(320)	(8.934)
Total	44.100	23.355	54.200	121.655

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. Resgate de aplicação financeira – Nota Promissória - Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia resgatou o montante de R\$ 53.128 aplicado em nota promissória junto ao Banco Santander.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro

CONTADOR

Diogo Venceslau da Silva - Contador - CRC 1SP 344761

Barueri, 29 de abril de 2023



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>